

O provedor Júlio Lourenço Pinto – anatomia de um pensamento cientificista em prol da educação feminina

The director Júlio Lourenço Pinto – anatomy of a scientific thought
in favor of women's education

Conceição Meireles Pereira¹

Resumo: Este artigo pretende abordar a figura de Júlio Lourenço Pinto, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto durante o mandato 1890-1891, que foi um reputado teórico da estética naturalista e adepto das teorias científicas, as quais nortearam todo o seu pensamento e ação, inclusivamente no governo da Misericórdia do Porto, como comprova o relatório de gerência que elaborou e no qual apresenta – à semelhança do que acontece na sua produção ficcional – numerosas reflexões sobre a educação e o trabalho, nomeadamente no universo feminino, premissas que acreditava serem fundamentais ao bem-estar da coletividade, devido à sua ação dissuasora de patologias morais e psíquicas que contaminavam a sociedade moderna.

Palavras-chave: Júlio Lourenço Pinto; Misericórdia do Porto; educação feminina; naturalismo; cientificismo

Abstract: This article aims to address the figure of Júlio Lourenço Pinto, director of the *Misericórdia* of Porto during the 1890-1891 term of office, who was a renowned theorist of naturalistic aesthetics and adept of scientific theories, which guided his thought and action, including in the *Misericórdia* of Porto government, as evidenced by the management report that he wrote and in which he presented – similar to what happens in his fictional production – numerous reflections on education and work, namely in the feminine universe, premises that he believed were fundamental to the well-being of the community because of their dissuasive action concerning moral and psychic pathologies that contaminated the modern society.

Keywords: Júlio Lourenço Pinto; *Misericórdia* of Porto; women's education; naturalism; scientism

Introdução

Júlio Lourenço Pinto (Porto, 24.5.1842-Porto, 6.5.1907) desempenhou as funções de provedor da Santa Casa da Misericórdia no ano de gerência 1890-1891, cumprindo um mandato anual. Certamente que se poderão encontrar diversas especificidades pessoais em cada indivíduo que exerceu tais funções, mas não será vulgar que o seu nome conste das Histórias de Literatura portuguesa. Este é, todavia, o caso de Júlio Lourenço Pinto. E se o seu nome resistiu à voragem do tempo não foi por via dos cargos que desempenhou na irmandade (foi também membro do Definitório entre 1891 e 1896) nem pela sua carreira de alto funcionário administrativo ou gestor bancário. Embora consensualmente lhe seja negada a qualidade literária que alcançaram outros escritores portugueses do naturalismo, também é unanimemente apontado como um dos mais perspicazes e fundamentados teóricos a nível nacional da estética realista-naturalista, conhecedor dos grandes autores e teorias que se desenvolviam na Europa da segunda metade de oitocentos. O seu pensamento escorou-se em premissas científicas que marcaram a sua obra ficcional e teórica e se repercutiram no relatório da sua provedoria da Misericórdia do Porto. Numa perspetiva que combinava modernidade e conservadorismo, abordou aí a temática da mulher, na sua relação com a educação, o trabalho e a família, evidenciando a sua dimensão de indivíduo que aliou o pensamento à ação, pois, não obstante a dimensão teórica que vincadamente o caracterizou, interveio de forma ativa na sociedade por força dos vários cargos que responsabilmente assumiu. Homem de grande sensibilidade – não escapou inclusive a doenças do foro psíquico pioneiramente diagnosticadas no seu tempo –, revelou genuína compaixão pelos sofredores e mais desfavorecidos e convictamente acreditou na necessidade de acusar para regenerar, pese embora esse imperativo tenha desgastado o seu espírito atormentado pelos males da sociedade em que viveu e desejou contribuir para reformar².

Esboço ético-psicológico e filosófico-ideológico do homem e do provedor

Júlio Lourenço Pinto casou com Leopoldina Amélia da Silva Maia Pinto, cinco anos mais nova, em 24 de maio de 1867, tendo o casal estabelecido residência na Foz do Douro. Embora escasseiem informações sobre Leopoldina, tudo indica que foi uma senhora de grande cultura, interessada nas artes plásticas e versada na língua inglesa, competência que inclusive pois ao serviço da Santa Casa da Misericórdia³.

O casal esteve alguns anos sem filhos, mas em 1874 nasceu Maria e no ano seguinte Fernando, que não vingaram. O único filho sobrevivente do casal, Jaime da Silva Maia Pinto, nasceu a 2 de outubro de 1879, em Santarém, quase cinco meses depois de Lourenço Pinto ter iniciado aí funções como governador civil. O seu ambiente familiar parece ter sido pautado por grande harmonia, como se depreende de um excerto do testamento que fez aos 54 anos (que revogava o que fizera aos 39). Por um lado, refere Leopoldina, a quem nomeia sua testamenteira, como uma «boa esposa» e «boa mãe», por outro, dirige-se a seu filho, que contava então 16 anos, com grande ternura, enaltecendo o amor paternal e filial:

² Para a biografia de Júlio Lourenço Pinto e sua atividade como provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto seguiu-se Pereira, 2017.

³ Traduziu uma carta que Júlio Lourenço Pinto quis enviar ao especialista britânico Robinson, no âmbito das providências que tomou para proceder ao restauro do quadro mais valioso da instituição, o célebre *Fons Vita*, facto que levou o vice-secretário da Mesa a propor que lhe fosse conferido o diploma de irmã da Santa Casa em apreço das suas «elevadas qualidades» e reconhecimento do «serviço prestado» (ata de 19.2.1891).

recomendo a meu filho que medite nos conselhos que lhe deixo em escrito especial e se não desvie da estrita observância, atendendo a que eles são o fruto de amarga experiência, a melhor mestra da vida, e que lhe são dados pelo seu melhor amigo, pois que na vida não há afeto que possa medir-se com o amor dos pais por seus filhos. Como derradeiro conselho recomendo-lhe que seja muito unido com sua mãe e pelo muito que ela fez em extremos de afetos, dedicação e cuidados pelo seu futuro e pela sua felicidade faça também tudo o que puder pela sua tranquilidade e bem-estar nos últimos anos da sua vida, empenhando-se em ser tão bom filho como ela foi boa mãe e não menos boa esposa (AMP – *Testamento*).

O afeto e união que caracterizavam a família nuclear de Lourenço Pinto pode ainda constatar-se no facto de ele ter sido padrinho de batismo dos seus dois netos, Maria José e Júlio.

Para melhor traçar o seu perfil psicológico, deve ainda realçar-se a sensibilidade e compaixão que revelou face aos problemas sociais, que, com maior acuidade, confrontou quando esteve à frente dos destinos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, deixando disso prova no relatório que elaborou ao aproximar-se o fim do seu mandato na provedoria da irmandade. Não menos importantes são os testemunhos dos seus colegas, nomeadamente do vice-provedor Henrique Carlos de Miranda, que, em sessão de 13 de agosto de 1891, já depois de eleita a Mesa seguinte, ressaltou a «sua dedicação pela causa dos pobres». Na realidade, em comparação com os relatórios dos outros provedores, o seu destaca-se pelas numerosas reflexões de teor humanitário e manifestações da angústia e enternecimento perante situações de padecimento e dor. A título de exemplo, atente-se nas suas próprias palavras a propósito das visitas que efetuou aos vários estabelecimentos da instituição:

Na improba e laboriosa tarefa de administrar a Santa Casa, estas visitas constituem um dos deveres mais compungentes; confrange-se-nos o coração nesta via dolorosa em que de espaço a espaço se vai desenrolando um sudário diverso e contristador. Aparece-nos primeiro o enfermo prostrado no seu leito de sofrimento; defrontamo-nos depois com os infelizes fulminados pelo maior dos infortúnios, aquele que lhes escurentou a luz da razão, e seguidamente depara-se-nos o lázaro, o inválido, a velhice e a viuvez condenada à penúria e ao desamparo.

É um desvendar compungente em que se destacam os múltiplos e lúgubres cambiantes da miséria humana (Pinto, 1891: 195).

O ideologismo cientista que adotou era maioritariamente partilhado nos meios intelectuais defensores do sistema republicano. Com efeito, «o movimento positivista em Portugal foi um movimento essencialmente sociológico», situação que se deveu ao momento histórico em que surgiu e à capacidade de responder em termos doutrinários aos interesses das classes intermédias; daí o «estreito acasalamento que, a partir das últimas três décadas do séc. XIX», se deu entre o republicanismo e a corrente positivista, a qual viria a ser dominante «nos fins da década de setenta», apesar de não se tratar «de um comtismo ortodoxo e exclusivo» (Catroga, 1977: 287 e 323). Júlio Lourenço Pinto consubstanciou um caso menos frequente, mas não excepcional, de partidário da Monarquia que perfillhou o método positivista e o racionalismo experimental na análise da estrutura e funcionamento da sociedade, situação que não surpreende, uma vez que «desde os domínios do saber académico – o Direito, a Literatura, a Antropologia, a Psiquiatria –, passando pela análise e metodologia literária, até à perspetivação política de massas, o positivismo inundou gradualmente todos os domínios da ciência e da cultura em Portugal» (Catroga, 1977: 323).

O mencionado relatório destacou-se pela sua dimensão, sendo bem mais extenso do que os que à época se produziam, mas sobretudo pela idiosincrasia da escrita e do pensamento que lhe subjazia, espelhando essas duas vertentes do seu autor, monárquico e adepto do ideário científico-naturalista.

A ilustrar a primeira, destaca-se a sua mensagem de congratulação ao rei D. Carlos pelo fracasso da recém-ocorrida revolta republicana do 31 de Janeiro, no Porto, que Lourenço Pinto reprovou, condenando o intuito e o momento. Mas ao sublinhar a insensatez desse ato, «que foi renegado até pela parte mais cordata do Partido Republicano», não deixou de lembrar que a prosperidade do país dependia «mais das virtudes cívicas dos governantes, dos costumes públicos e da moralidade política, do que da forma de governo», e conferia à instrução popular e à educação pública o estatuto de bases de «que dependem exclusivamente os bons frutos da liberdade e da igualdade política e civil» (Pinto, 1891: 24-25).

Quanto à segunda, os exemplos abundam; o paradigma fisiológico estava também presente, como atesta a comparação que fez da tarefa da Mesa com a do coração nos organismos vivos, «propulsando com vigorosas contrações a todos os órgãos o sangue vitalizador» (Pinto, 1891: 33).

Um exemplo da sua ética positivista de culto aos 'grandes mortos', cujo pensamento e ação eram tidos como contributos para o engrandecimento da nação e acrisolamento moral do povo, encontra-se na forma como exaltou a memória de Silva Porto, falecido a 2 de abril de 1890⁴. No clima comemoracionista de finais de oitocentos, o modelo dos vultos ilustres, guindados ao estatuto de símbolos nacionais, funcionaria como um impulso vivificador em tempos de decadentismo e indiferença, convocando novas energias em cerimónias concorridas. Aliás, as palavras do provedor corroboram esta ânsia de criar heróis para alimentar uma mitologia nacional que despertasse virtudes cívicas e sentimentos patrióticos:

Quando o país se debate dolorosamente pela manutenção do seu prestígio colonial, têm uma alta significação patriótica e assumem um carácter grandioso de apoteose as homenagens cívicas consagradas a um concidadão, que tanto se ilustrou lidando afanosamente pelo nosso primado no continente negro; que por este ideal pugnou com um desinteresse que o levou à pobreza, e que afervorou no coração o amor da pátria até ao sacrifício da vida, amortalhando-se heroicamente na bandeira nacional, que em vida lhe fora guião de acendrado civismo (Pinto, 1891: 26-27).

Na mesma linha, enalteceu a Santa Casa numa interpretação que recorria a conceitos em voga como povo, raça e nacionalidade, em contraponto aos de decadência e degeneração, cujo antídoto encontrava no progresso científico, que fazia corresponder ao aprimoramento moral:

O aperfeiçoamento da humanidade não consiste só no esplendor da cultura intelectual e na eflorescência deslumbrante das artes e das indústrias [...], mas representa também o desenvolvimento moral e não exclui este cunho típico da fisionomia de um povo e este fundo permanente de qualidades hereditárias que constituem a característica e a força de uma raça e de uma nacionalidade.

⁴ Embora as cerimónias no Porto tenham sido promovidas pela Câmara Municipal, participou nelas com empenho e a instituição que dirigia confirmou Silva Porto como irmão da Santa Casa (ata de 31.12.1890) e conferiu-lhe o elevado título de benfeitor e irmão honorário, com base em documentos pouco significativos sobre a ação beneficente do africanista em prol da Misericórdia portuense.

Quando uma nação perde o harmónico equilíbrio do seu desenvolvimento físico, moral e intelectual, e a corrupção sistemática, arvorada em meio de governo, coincide com a degeneração do tipo nacional, [...] revela-se um estado mórbido de decadência e abatimento, que a suprime como fator social e a impele para um aniquilamento inevitável.

Em meio da rápida degeneração que se tem acentuado nos nossos costumes, no nosso viver de povo autónomo, a Santa Casa da Misericórdia reage incontaminável contra todas as influências tendentes a obliterar os traços típicos do carácter nacional (Pinto, 1891: 16).

Ao longo da vida, Júlio Lourenço Pinto padeceu numerosos momentos de doença, como indicam fontes diversas, se bem que não especificando os tipos de enfermidades, mas foi seguramente vítima de patologias do foro psicológico. Morreu aos 65 anos, informando o registo do seu enterramento que a causa do óbito fora «neurastenia».

Não lhe terá sido fácil gerir uma instituição da magnitude da Santa Casa da Misericórdia do Porto, designadamente no período agudo de crise financeira e monetária, tendo em conta o seu quadro clínico. Compreende-se que, apesar da insistência dos seus colegas de Mesa para que cumprisse um segundo mandato, haja em vista o consensual reconhecimento da sua «hábil direção» e «tino administrativo» (ata de 13.8.1891), o provedor tenha declinado. Expôs o motivo de tal recusa na conclusão do seu relatório:

Supérfluo é relembrar à irmandade o que tanto a interessa; nem ela desaproveitará a oportunidade de me substituir por outrem mais digno, nem desejará impor como que um suplício de Sísifo a quem não dispõe de forças para ser submetido à prova de uma reeleição (Pinto, 1891: 450).

Aos 49 anos, Júlio Lourenço Pinto admitia que carecia de forças para enfrentar um novo mandato à frente da Misericórdia do Porto. No entanto, tanto antes como depois desse exercício desempenhou cargos e funções de considerável complexidade, em diferentes campos de atividade.

Magistrado administrativo e gestor bancário

A sua vida profissional foi, com efeito, diversificada e exigente. Logo após a formatura em Direito no ano de 1864, na Universidade de Coimbra, onde fez parte da geração contestatária liderada por Antero de Quental e participou na Sociedade do Raio que aquele poeta formara para combater o reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto (Simões, 1987: 510), encetou uma longa carreira na magistratura administrativa.

Assumiu primeiro postos de administrador de concelho, entre 1865 e inícios de 1868⁵, tendo depois sido secretário-geral de três governos civis⁶. Nove anos depois, ascendeu a governador civil de Santarém (entre junho de 1879 e março de 1881), exerceu iguais funções em Coimbra (de março de 1886 a agosto de 1888), em Castelo Branco (entre agosto e outubro de 1888) e em Faro (de maio de 1892 a julho do ano seguinte). Desempenhou

⁵ Em janeiro de 1865 iniciou-se no concelho da Póvoa de Varzim, foi transferido para o de Vila Nova de Gaia em agosto desse ano, no mês seguinte regressou à Póvoa de Varzim, em finais do ano passou para o de Lousada, daí transitou para Santo Tirso, onde terminou funções em dezembro de 1867, tendo finalmente retornado a Vila Nova de Gaia no primeiro trimestre de 1868.

⁶ Vila Real, entre abril e outubro de 1868, seguindo para Santarém, onde se manteve até junho de 1870, data em que foi transferido para Coimbra.

ainda o cargo de procurador da Junta Geral do Distrito do Porto, para o qual foi eleito em 1878 e reeleito em 1883, tendo, porém, recusado o exercício do cargo desta segunda vez. Aliás, a sua carreira desenhou um percurso errático, já que se furtou por várias vezes ao desempenho de cargos para que fora nomeado, recusando-os ou pedindo transferência ou exoneração; de outros foi exonerado, como aconteceu em maio de 1870, no seguimento do golpe militar de Saldanha, que substituiu no governo o duque de Loulé, tendo inclusive sido preso em consequência da Saldanhada (*O Comércio do Porto*, 7.5.1907). Também neste ano de 1870 não aceitou, por razões políticas e ideológicas, a comenda da Ordem de Cristo, bem como a nomeação para secretário-geral do distrito de Bragança. Já em março de 1881, era então governador civil do distrito de Santarém, foi exonerado por solicitação sua, devendo-se esta desistência à queda do governo de Anselmo José Braamcamp, do Partido Progressista, a que ele era afeto (Silva; aranha, 1885: 261; Sousa, 2014: 482).

Por decreto de 5 de fevereiro de 1880 tornou-se conselheiro, mas como neste domínio as questões administrativas eram as que mais lhe interessavam, publicou uma série de artigos n' *O Comércio do Porto* acerca do projeto de reforma administrativa apresentada ao Parlamento por Martens Ferrão. Quando António Rodrigues Sampaio começou a preparar o projeto da sua reforma administrativa não deixou de ler essa coleção de textos (Silva; Aranha, 1885: 261).

A atividade profissional de Júlio Lourenço Pinto, na última fase da sua vida, focou-se numa área substancialmente diferente – a banca. Tornar-se-ia presidente da direção da mais reputada instituição bancária da cidade: o Banco Comercial do Porto, que exerceu durante décadas um papel preponderante na vida económica do país, especialmente no Norte, com fortes ramificações na província e sólidas ligações à colónia portuguesa residente no Brasil. A crise de 1890-1891 provocou o desaparecimento de bancos mais pequenos, que em 1894 se incorporaram no Banco Comercial do Porto, como foi o caso do Banco União, Banco Português, Banco Comercial, Banco Mercantil, Banco Comércio e Indústria, Nova Companhia Utilidade Pública e Banco Portuense (Mendes, 2013: 99-101). Júlio Lourenço Pinto integrou a direção do Banco Portuense, fundado em junho de 1893, como resultado de uma fusão que a referida crise tinha provocado entre os citados Banco União e Banco Português. Em 10 de maio de 1894 foi assinado um importante contrato entre o Banco de Portugal e várias companhias e instituições portuenses com o intuito de pôr termo à imbrincada situação da 'Salamancada', o qual reorganizaria a banca do Porto, pelo que, «à exceção do Aliança e do Mutuário» os restantes bancos fundiram-se no Banco Comercial do Porto (Pereira, 2013: 346).

Com esta magna fusão, o ativo/passivo do Banco Comercial do Porto quase quadruplicou entre 1891 e 1894, dispondo de um quadro alargado de agências no país e no estrangeiro (as principais localizavam-se em Londres, Paris, Hamburgo, Madrid e Rio de Janeiro). Assim, em 1894, esta creditada instituição bancária entrou numa nova fase da sua existência, pautada pelo signo da prosperidade, em grande parte mercê da sua reconstituição como Banco Comercial do Porto, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Foi neste momento de relançamento do Banco Comercial do Porto que Júlio Lourenço Pinto assumiu a presidência da sua direção. Na sua sede, à Rua Ferreira Borges, dois anos mais tarde, registou o testamento com que viria a falecer. Foram «reconhecidos como excelentes os serviços prestados ao Banco Comercial durante anos sucessivos da sua gerência», se bem que tal desempenho não lhe terá sido fácil, já que fez várias diligências para encurtar a permanência nesse cargo (*O Comércio do Porto*, 7.5.1907), mas a exoneração só ocorreu perto do fim da sua vida, encontrando-se em julho de 1903 ainda em funções.

O teórico da estética naturalista e escritor de romances ‘educadores’

O gosto pela literatura e pela arte já corria na família. O seu avô paterno, José Lourenço Pinto (1753-1815), formado em Medicina pela Universidade de Coimbra e em Medicina e Filosofia pela Universidade de Salamanca, escreveu várias obras, nem todas publicadas, e deixou algumas traduções de textos literários franceses (Silva, 1860: 425).

Júlio Lourenço Pinto colaborou expressivamente na imprensa periódica, tendo integrado na década de 1870 a equipa redatora d' *O Comércio do Porto*, onde publicou durante dois anos uma série de folhetins sob o título «Revistas Semanais», versando sobretudo temas de arte, música e pintura. Mas nesse diário escreveu textos sobre diversos temas em diferentes secções e colaborou ainda em outros jornais, com contos e artigos de índole diversa. A sua craveira intelectual não passou despercebida, antes foi reconhecida pelos seus pares, tornando-se presidente da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto em 1884 (dois anos após a sua fundação).

Como Júlio Lourenço Pinto se rendeu às novas correntes científico-filosóficas de matriz positivista é uma questão em aberto, mas tudo indica que o projeto de uma produção ficcional foi gizado com tempo e cuidado, e essa escrita consolidou as premissas teóricas que adotou. Com efeito, a sua obra literária «toda ela, no seu conjunto, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista da sua aplicação prática enquanto criação artística», subordinou-se sem reservas «aos postulados da doutrina naturalista» (Sá, 2006: 7). Expôs essa doutrina em ensaios e prefácios, escrevendo verdadeiros prólogos doutrinários para alguns dos seus romances⁷, mas os seus textos mais emblemáticos neste domínio publicou-os em 1883 e 1884 na *Revista de Estudos Livres* (dirigida pelos republicanos Teófilo Braga e Teixeira Bastos), e ainda nesse último ano refundiu-os e aumentou-os no volume *Estética Naturalista*, representando «no seu conjunto a tentativa de teorização literária mais ampla e consistente do naturalismo português» (Santana, 2007: 115-116).

Se o elogio à sua teorização da estética naturalista é consensual – «uma obra de mestre», não menos unísono é o julgamento contundente das suas obras ficcionais – «esboços imperfeitíssimos de um imperfeitíssimo obreiro literário» (Simões, 1987: 511), praticamente desconhecidas nos dias de hoje, ao contrário de «outros autores que seguiram a mesma escola, como Abel Botelho, Trindade Coelho ou Teixeira de Queiroz» (Sá, 2006: 7)⁸. Joel Serrão colocou-se também entre essas vozes autorizadas e críticas: «Lê-lo, hoje, só por dever de ofício. Dir-se-ia tratar-se de um sociólogo positivista que se enganou no caminho que melhor lhe quadraria» (Serrão, 1962: 123). Ou seja, Júlio Lourenço Pinto seguiu a receita com rigor, mas faltou-lhe génio: «tudo cosido nas mais honestas e evidentes intenções de morigerar o bom do leitor. Tudo, porém, sem alor, sem centelha, sem vida» (Serrão, 1962: 124)⁹.

Tal limitação estética adveio do uso de fórmulas rígidas e estereotipadas, não obstante o «compromisso do autor na divulgação dos novos princípios e na educação de um novo tipo de sensibilidade» (Sá, 2006: 8).

Na linha de vários pensadores do universo positivista em sentido lato, Júlio Lourenço Pinto encarou a sociedade do seu tempo segundo o escopo de três fatores principais – hereditariedade, educação e meio social – e assim criou personagens, invariavelmente vítimas destas forças inelutáveis, que mais não eram do que ‘tipos’ de comportamento, de modo a denunciar, com fins educativos, os males humanos e sociais. Pela trilogia do método

7 Designadamente na 2.ª edição de *Margarida* e em *O Senhor Deputado*.

8 Sobre Lourenço Pinto, afirmou João Gaspar Simões que era «mais inteligente que Teixeira de Queiroz, e muito mais culto, talvez até por isso mesmo, nem mesmo com ele pode rivalizar enquanto romancista» (Simões, 1987: 519)

9 A sua escrita exagerava ainda na utilização de descrições tantas vezes supérfluas e arrastadas: «dá-se por completo ao ato descritivo pelo ato descritivo» (Simões, 1987: 507).

positivo-científico – observação, experimentação e análise – pretendeu intervir na sociedade expondo casos de degenerescência, taras e depravações, desde as neuroses às alienações mentais, da ociosidade ao alcoolismo. Motivava-o pois a ‘anatomia’ da sociedade contemporânea, com o fito de contribuir para o gradual aperfeiçoamento do viver coletivo, enfatizando dessa forma a função sociológica do romance. No quadro naturalista que acentuava as posições do realismo, trabalhou temas como a educação, o adultério, a hipocrisia social e moral, a ambição, o caciquismo político, a usura, a prostituição, a frivolidade, a opressão, as agonias da morte.

«Acusar para regenerar: eis a ideia educadora do realismo, abraçada como fundamental por Júlio Lourenço Pinto e que terá repercussões em toda a sua obra» (Sá, 2006: 13). Criando repulsão por tudo o que era maléfico e vicioso, acreditava estimular o bem e virtude. À semelhança de Émile Zola, cujo pensamento radicava no positivismo comtiano e se alimentou das teorias de Darwin e Haeckel, Lourenço Pinto pretendeu mostrar, com o rigor da ciência, que os factos psíquicos estavam sujeitos a leis rígidas como os fenómenos físicos. Concebeu então a literatura como a expressão dos progressos da ciência, privilegiando o método fisiológico ou clínico para compreender os fenómenos mentais e emotivos, sempre com base na vida comum do quotidiano. Se este último aspeto advinha do realismo, os primeiros imprimiram à sua obra o cunho naturalista, conferindo à ciência a centralidade na obra literária. As suas obras literárias refletem sobretudo objetivos moralizadores, denunciando os vícios da sociedade, mas sem criar situações limite, pois a sua intenção nunca foi escandalizar os leitores. Abordou algumas temáticas melindrosas, mas com moderação na linguagem e conteúdos. Nos seus romances a dimensão ideológica está praticamente ausente, e também contornou as situações de carácter explicitamente sexual (designadamente a consumação do incesto), crimes como o infanticídio, polémicas como o anticlericalismo ou a crítica antirreligiosa.

Aproveitando o intervalo de quase um decénio, atrás referido, na sua carreira administrativa, publicou o primeiro livro aos 37 anos. O romance *Margarida* (1879) foi bem recebido pela crítica da época, o que lhe permitiu segunda edição no ano seguinte. Terá sido o seu romance mais popular, mas «nem por isso é o melhor, para não dizermos o menos... mau» (Simões, 1987: 512). No seu prólogo, Lourenço Pinto afirmava que era uma tentativa de interpretação da escola naturalista, tendo o modesto intuito de concorrer para a investigação da verdade, sendo a tese do livro a expressão de um ideal sensato; mas como a vítima fatal do enredo era a inocente Margarida, enquanto os culpados saíam vitoriosos, isso dificilmente se coadunava com a filosofia materialista do naturalismo, pelo que a crítica abalizada sustentou que algo estava de errado na tese do romance, tinha mesmo sido «manifestamente realizada com total desinteligência da própria doutrina em causa» (Simões, 1987: 513).

O segundo volume das *Cenas da Vida Contemporânea* – assim designou a série de romances que escreveu – intitulou-se *Vida Atribulada* (1880) e apresentava como epígrafe uma frase de Zola – *C'est de la morale en action simplement* –, mas também se afastava do purismo naturalista. Por sua vez, *O Senhor Deputado* (1882), que teve segunda edição e dedicou à sua «querida mulher», incidiu no fator hereditariedade, tido como forte condicionante do destino do indivíduo, sob inspiração de Taine e Maudsley, mas mais uma vez o autor explorou essa tese de forma inábil e espelhou uma sociedade dividida entre a capital e a província. No seu prefácio doutrinário, modestamente afirmava que os seus trabalhos eram «apenas uma tentativa de propaganda e vulgarização», pois desejava «que o romance moderno fosse educador». A pedagogia social através da nova literatura parecia ser, com efeito, a sua meta: «O romance moderno deve ser uma obra de boa disciplina e educação mental, substituindo-se salutarmente à ação desorganizadora e dissolvente da novela sentimental»; usando «a ciência em auxílio da arte», «a psicologia e a fisiologia aliançam-se para elaboração da obra de arte», sendo a ciência o farol que guiava «na compreensão dessas desordens psíquicas chamadas paixões» (Pinto, 1882: VII-XIII).

Este racionalista emotivo não podia «deixar dúvidas e moralizar o leitor», pelo que as suas personagens – boas ou más, se bem que estas últimas em maior número – eram desenhadas para criar uma contraposição, se bem que redutora, que pretendia «facilitar a compreensão da apologia dos valores que se advogam» (Sá, 2006: 16): os valores da família, da maternidade, do trabalho, tantas vezes interligados: «É nos romances de Lourenço Pinto que mais se insiste neste tópico – o do poder regenerador do trabalho, como terapia do carácter e/ou da família» (Santana, 2007: 163). Este maniqueísmo dividia a vida em dois blocos – um salutar, outro doentio – daí a necessidade da educação moral e física, a primeira como antídoto contra contactos perniciosos, a segunda reproduzindo as teses higienistas vigentes na época.

Numa notória divisão de género dos papéis sociais, atribuía ao homem os vícios do alcoolismo, imbecilidade, ambição política, económica e social¹⁰, enquanto na mulher condenava a frivolidade, a inveja, a astúcia, a cupidez económica e social. Não deixa de perpassar na sua obra uma conceção misógina, espelhando-se essa atitude receosa face à mulher em exemplos de patologia amorosa, em que o sexo fraco é o masculino, cuja debilidade física e psicológica se exacerba face à paixão dissolvente.

Depois de um dos que foi considerado um dos seus piores romances¹¹, *O Homem Indispensável* (1883), meia dúzia de anos passaram até que Lourenço Pinto publicasse outro – *O Bastardo* (1889) – aliás, o último que escreveu e fechou o ciclo das *Cenas da Vida Contemporânea*¹². Sobre o fim da produção ficcional de Lourenço Pinto interpôs Gaspar Simões uma interrogação severa: «Teria reconhecido que não nascera para escrever romances?» (1987: 521).

Em 1894¹³, Lourenço Pinto publicou a sua derradeira obra, *O Algarve: notas impressionistas*, um texto com alguma ressonância etnográfica. As considerações que aí teceu sobre uma peça de vestuário local, o bioco¹⁴, são reveladoras do seu pensamento sempre atento aos perigos que potencialmente ameaçavam a sociedade. Tratava-se de «um capote, de farto cabeção, pesado e tão abundante de pano, que por completo encobre o corpo amplamente e até aos pés, encimando-se [...] por um chale preto, que, envolvendo e reбуçando rosto e cabeça se enrola em forma pontiaguda», pelo que esse «tubo cónico termina por um pequeno orifício, fresta única para a respiração e raios visuais»; assim, o corpo ficava «hermeticamente» encarcerado «nesta farpela impenetrável a todas as curiosidades». Feita a descrição simples da peça em causa, Lourenço Pinto dava a entender que as motivações que levavam ao seu uso poderiam revestir-se de alguma perversidade: «Por fora é isto o bioco, a anatomia é simples. Por dentro a psicologia é mais intrincada, se não é antes um caso patológico complexo» (Pinto, 1894: 23). Embora fosse uma indumentária tradicionalmente feminina, poderia ser envergado por homens, nomeadamente um 'galã', que assim encobria a sua «lubricidade barbuda», mas também por qualquer «celerado, que sob esta máscara traiçoeira esconde a traça tenebrosa dos seus malefícios» (Pinto, 1894: 24-25). Não menos sugestivos eram os intuítos que o autor vislumbrava para o uso do bioco pelas mulheres:

Uma Messalina que se acoberta no mistério para acirrar a libertinagem curiosa e frascaria¹⁵.

10 No romance *O Homem Indispensável* (1883), que incide no fator experiência com inspiração clara em Claude Bernard, referindo-se a uma das suas personagens, o autor termina com a frase lapidária: «Este morreu podre de álcool e de política» (Pinto, 1883: 367).

11 «De entre todos os maus romances de Lourenço Pinto este é, sem dúvida, o pior» (Simões, 1987: 518).

12 Esta demora no aparecimento de uma nova criação literária, que em agosto de 1885 estava em preparação, deveu-se «ao estado melindroso da saúde do autor» (Silva; Aranha, 1885: 261).

13 E não em 1889, como é indicado em Pereira, 2017: 190.

14 Também conhecido na região como reбуço, com influência, senão mesmo origem, norte-africana.

15 Sinónimo de libertinagem.

Uma frágil pecadora, sem ser uma hetera¹⁶, que recorre timidamente a esta égide discreta para perpetrar sem perigo a aventura amorosa romanesca ou a façanha da infidelidade conjugal (Pinto, 1894: 24).

Fiel aos princípios do dogmatismo cientificista, Lourenço Pinto sintetizou: «O bioco encara toda esta psicologia, arrancada a máscara ressaltam todos estes e outros cambiantes da alma humana, onde o bisturi de um analista poderia extrair episódios palpitantes de cómico ou dramático» (Pinto, 1894: 25).

Certo era que a utilização desta peça tinha sido já interdita no século XVIII e o incumprimento desta lei pela população local, que chegara a organizar manifestações de repúdio por tal medida, fora justificado pela tradição ou pelo facto de esconder a miséria envergonhada. No entanto, em setembro de 1892, na sua qualidade de governador civil de Faro, Lourenço Pinto proibiu o seu uso nas ruas e igrejas; embora não tenha aludido nesta obra à decisão que tomara nem à controvérsia que ela novamente gerou, ressaltou que a retirada da peça não esquecera a dimensão «social», enquanto a razão «moral» tinha prevalecido: «O bioco desapareceu, ou, com mais rigor, foi banida a máscara, mas ficou o traje modesto, económico, recurso precioso para as mal-aventuradas que decaíram da fortuna, somente usam-no a rosto descoberto, porque a pobreza não é vergonha» (Pinto, 1894: 30).

O provedor e a questão da educação feminina

A relevância da educação foi um tópico que ganhou progressivo relevo nos meios intelectuais e políticos portugueses do último quartel de oitocentos, à medida que se diagnosticava esse défice geral no país e se apontava como causa estrutural do seu atraso. Se a batalha pela educação vista como meio de regeneração social foi um dos emblemas republicanos, ela não constituiu seu monopólio exclusivo, assistindo-se antes a um leque variado de teorias e projetos neste domínio, alguns com concretização pelos governos da Monarquia Constitucional.

Por outro lado, os novos tempos impunham uma lenta, mas gradual emancipação feminina, conferindo-lhe novos direitos (como filha, esposa e mãe), o que aconteceu designadamente com o novo Código Civil de 1867¹⁷, que sugeriu a D. António da Costa as seguintes considerações:

Que modificações fundamentais trouxe o Código à mulher! Que progresso tem dado à condição feminina a civilização atual da nossa Pátria! [...]

O Código, reconstituindo a família portuguesa, operou uma verdadeira revolução acerca da mulher, em relação aos direitos dos cônjuges, aos filhos comuns, aos bens e sua administração; e no tocante à dissolução do matrimónio, a condição da mulher ascendeu em muitos pontos até à do homem, noutros aproximou-se dela; elevação justa em si mesma, e gloriosa para o direito nacional (Costa, 1892: 312).

¹⁶ Sinónimo de prostituta de luxo.

¹⁷ O papel tradicional da mulher começou a ser posto em causa por meados de oitocentos, assim como foi a partir de então que a educação feminina principiou a progredir, não obstante a lentidão deste processo ser evidente, já em 1878, 89,3% da população feminina maior de 7 anos não sabia ler nem escrever, ou seja nove em cada dez mulheres portuguesas eram analfabetas (Vaquinhas, 2000).

Não surpreende que nesta obra sobre a mulher, o autor tenha discorrido sobre a sua educação, já que as matérias de ensino e instrução lhe mereceram grande atenção ao longo da vida¹⁸. Excluindo a mulher do ensino universitário e recusando a sua emancipação política e científica (porque contrárias à sociedade e à natureza, provocando a sua inevitável masculinização) defendeu «as imperiosas necessidades do ensino profissional feminino», de que o país tanto carecia, tanto oficial como associativo, para formar donas de casa, esposas e mães, mas também para habilitar as mulheres a uma «carreira de ofício», desde professoras da instrução primária a criadas, passando por artistas plásticas, caixeiras, enfermeiras, operárias de diversos ramos (alfaiataria, sapataria, encadernação, tinturaria, tecelagem, estampagem, etc.), enfim, numerosas ocupações adequadas à «condição natural do sexo fraco». Quanto às mulheres abastadas, cabia-lhes, imitando exemplos de beneficência estrangeiros (mas também nacionais), empregar o seu tempo e dinheiro em institutos profissionais para «fazer recuar a miséria, e dar ao ente fraco o tesouro do trabalho» (Costa, 1892: 361-363 e 381).

Não são poucos os pontos de convergência do pensamento de Lourenço Pinto com os de António da Costa, quando se analisa o seu relatório que, tal como toda a sua obra, se encontra recheado de apelos à educação, sublinhando o seu potencial de transformação da sociedade. Todavia, é nos pontos em que mais longamente aborda os institutos educacionais sob tutela da Santa Casa, designadamente o Estabelecimento Humanitário do Barão da Nova Sintra e, sobretudo, o Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança que esta matéria lhe merece maior atenção, não fosse ele um defensor da regeneração pela educação – intelectual, prática e moral – e um fiel seguidor da doutrina liberal da religião do trabalho. Sublinhe-se que os jovens que ingressavam nestas instituições provinham de famílias com poucos recursos, ou que recentemente os haviam perdido, razão por que a sua preparação profissional constituía uma prioridade.

Nesta conformidade, relativamente ao Estabelecimento Humanitário do Barão da Nova Sintra, que albergava rapazes e raparigas, lamentou a endémica escassez dos seus recursos pecuniários, que não permitiam mais cabal realização dos objetivos a que se destinava e que reputava de enorme vantagem social¹⁹. Continuava a adiar-se a criação das escolas-oficinas, aspeto que se lhe afigurava de «necessidade capital», pois enquanto não fosse dotado de uma escola regular de artes e ofícios, esse instituto permaneceria muito longe da realização dos seus fins: além do socorro na infância e da instrução rudimentar, deveriam ser ministrados «ao adolescente outros meios de combate ao lançá-lo na luta pela existência». Só a aprendizagem de um ofício o desviaria do vício ou do crime, pois a instrução, não obstante ser fonte de «liberdade, moral, civilização, progresso, patriotismo, virtudes cívicas», não podia restringir-se à inteligência, deveria moralizar, isto é, inspirar «o respeito da virtude e do dever», radicar «o amor e o hábito do trabalho» (Pinto, 1891: 404-406). Exigente e amante da ordem, da disciplina mental e física, aquando da visita a este estabelecimento, o provedor Lourenço Pinto louvou a ordem e o asseio, mas considerou que havia «muito a melhorar», pelo que fez uma série de recomendações, como a necessidade de melhorar a separação dos sexos, a urgência da vacinação, ou ainda a conveniência da criação de uma aula de ginástica (ata de 9.10.1890).

18 D. António da Costa (21.11.1824-17.1.1892) teve uma breve atuação política como ministro do recém-criado e efémero Ministério da Instrução Pública, entre junho e agosto de 1870, tendo ainda assim logrado promover algumas reformas (nomeadamente a nível dos ensinos superior e elementar), mas distinguiu-se sobretudo como autor de uma vasta obra em que ressaltou a sua formação em Direito. O livro *A Mulher em Portugal* foi um dos seus últimos projetos, que não chegou a terminar, mas tal não obstou que esses textos fossem compilados e editados poucos meses após a sua morte.

19 Segundo palavras de Lourenço Pinto, este estabelecimento que recebia crianças de ambos os sexos, devia «ampará-las e educá-las, preparando-as para as lutas da vida, criando braços robustos e inteligentes para o trabalho» (Pinto, 1891: 161).

Quanto ao Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, dirigido pelo seu velho amigo Francisco de Sousa Carqueja, suscitou a Lourenço Pinto a melhor impressão, considerando «excelentes as condições sanitárias do estabelecimento» e «muito satisfatório o aproveitamento das alunas» (Pinto, 1891: 208). Inspirou-lhe ainda uma longa reflexão sobre a educação feminina, num universo de referentes cientificistas que lhe era caro.

Iniciou essas considerações indicando que esse instituto já não tinha, como em tempos passados, a preeminência entre os institutos similares da cidade, tendo perdido essa primazia por força da «transformação da sociedade portuguesa, que, renunciando aos hábitos de um viver singelo e patriarcal, mas caracteristicamente original, subitamente se febricitava nos requintes da civilização moderna, e vertiginosamente se inebria em frivolidades mundanas» (Pinto, 1891: 198). Queria com isto dizer que outros estabelecimentos para educação de raparigas haviam surgido no Porto, com maiores dotações orçamentais, mas com menores exigências de disciplina, providenciando às suas educandas condições menos austeras e tradicionais.

Todavia, lembrava os ensinamentos de Paul Bourget²⁰, que reputava um exímio analista da sociedade, o qual refletira sobre a mulher nos tempos atuais, acabando por comparar a civilização moderna a uma fábrica de nevroses. Ora, o Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança pautava a sua filosofia educativa por princípios que visavam atenuar os efeitos perversos da modernidade, sem deixar de acompanhar a evolução dos tempos: «Sob o ponto de vista moral e religioso não deslizou do seu passado, e se na largueza do ensino outros estabelecimentos se lhe têm avantajado, não deixou, todavia, de acompanhar as exigências da época». Além disso, este Recolhimento não era destinado às classes mais próximas «da indigência, nem tão pouco cabem na órbita da sua ação educadora as que são mais favorecidas da fortuna», ou seja, estava vocacionado para a educação de jovens das classes médias baixas e oferecia-lhes «uma educação moral e intelectual em conformidade» com os seus recursos modestos. Este tipo de educação deveria proporcionar à mulher

as virtudes e as aptidões que sejam o melhor arnés contra os azares da vida, e lhe incutam uma compreensão exata e sensata da sua altíssima missão no lar, na família, fortalecendo-a num equilíbrio bem ordenado das suas faculdades para desempenho dos deveres, que lhe estão indefetivelmente delimitados pela natureza. [...]

Vai longe, e bem longe, felizmente, o tempo em que era humilhante a condição da mulher na sociedade; essa degradação ficou sepultada nos escombros do mundo antigo, e desde então o problema da emancipação da mulher [...] tem preocupado os pensadores sucessivamente, até que, e ainda mal, em vez de se simplificar e resolver, veio complicar-se alucinadamente nesta ebulição de ideias do último quartel do século XIX, por vezes desvairado e febricitante. É santa e respeitável esta cruzada da regeneração da mulher; eduquemo-la, nivelemo-la com o homem, mas não para a desviar do pendor natural das suas aptidões; irmanemo-los, [...] não para igualar o que a natureza fez desigual, mas unicamente para os germanar na conjunção harmónica de forças, de faculdades, de atributos, que se aliam sem se confundirem, visando ao mesmo fim (Pinto, 1891: 199-200).

20 Autor dos designados «romances psicológicos», Bourget foi um apologeta do tradicionalismo e da ordem moral, tendo inclusive adotado posteriormente a doutrina conservadora da Action Française.

Como seria de esperar, o discurso de Lourenço Pinto relativamente à educação da mulher condu-la ao universo do lar e da família, no seio do qual se colocavam as suas principais responsabilidades, a sua «altíssima missão». Em vez de emancipação, falava de «regeneração», face a um pretérito de «humilhante» condição social da mulher, rejeitando as teorias emancipacionistas mais radicais que, na sua ótica, tinham entrado em desvario no último quartel do século.

Reconhecia a iniludível necessidade do homem e da mulher exercitarem as suas atividades, «mas dentro da órbita das faculdades naturais e peculiares a cada um», já que noções básicas de fisiologia, aplicadas à questão da educação feminina, «impõem a necessidade de uma orientação menos utopista». Assim, a influência da mulher na vida social, «sensatamente dirigida na expansibilidade espontânea das suas faculdades», constituía uma força inestimável, tão poderosa quanto a do homem, quando não a ultrapassava, pois elevava-se «à heroicidade, exercendo a missão angélica de incutir confortos e alentos no ânimo masculino, não raro esmorecido nas pugnas ásperas da vida» (Pinto, 1891: 200-201).

Nessa função de «providência do lar, a mais leal e inquebrantável aliada do homem nas lutas da vida, a sua mais devotada cooperadora na realização do destino comum» encontra Lourenço Pinto o expoente máximo de realização feminina. Se tal quadro fosse deformado por uma «educação máscula», ou banalizado por uma «educação frívola e enervante», desencadearia a precipitação de um «desequilíbrio nervoso» da sua «sensibilidade melindrosa», e o seu «espírito deprimido» afundar-se-ia face «às turbulências nevropáticas da frivolidade e da imprevidência sequiosa de gozos e de alardes mundanos, ou com as negligências da fatuidade sabichona»; em suma, passaria a desdenhar o governo da casa, dando lugar à perturbação e à desordem no ambiente doméstico.

É assim que a mulher se nivela com o homem; é assim que a sua fraqueza se volve numa força viva do organismo social; é assim que as suas qualidades, aliando-se harmonicamente com os atributos do homem sem se confundirem, constituem um fator poderosíssimo e imprescindível do desenvolvimento e aperfeiçoamento da espécie. [...]

A todos quantos mais ou menos diretamente incumbe versar o momentoso problema da educação feminina, impõe-se o indefetível dever de opor enérgica resistência a tendências visionárias, que desviem a mulher da sensata compreensão dos seus deveres e da missão social que é própria dos seus atributos naturais (Pinto, 1891: 202).

No quadro da diferença de géneros e respetivas capacidades, como se vê, Lourenço Pinto evita considerações, pelo menos explícitas, que secundarizem a dimensão intelectual da mulher; por outro lado, e diferindo também do discurso mais explícito de D. António da Costa²¹, sublinha a conjugação harmónica das características de ambos os sexos a concorrerem para o aperfeiçoamento humano.

Um ponto nevrálgico da educação, e particularmente da educação feminina, como Lourenço Pinto frequentemente ressalta, é a sua dimensão moral; sob esse ponto de vista, considerava o Recolhimento das Órfãs «uma instituição de primeira ordem», e embora fosse conveniente «reunir num perfeito dualismo a cultura intelectual e a educação moral», acreditava que a segunda não podia ser negligenciada, pois exercia influência na morigeração da família e repercutia-se «diretamente e intensamente na sociedade» (Pinto, 1891: 202-203).

21 Este enfatiza as diferenças a nível dos ossos, músculos e nervos, elementos em íntima relação com as funções do século, colocando a interrogação: «Onde se viu que duas máquinas, uma forte, outra fraca, pudessem apresentar um produto igual?» (Costa, 1892: 417)

No que diz respeito à educação feminina das classes populares, neste período, os estudos historiográficos não são muito abundantes, mas Irene Vaquinhas lembra com propriedade que se pretendia compatibilizar as funções de «boa doméstica» e conseqüente aquisição de saberes práticos (para tratar da casa e da família da melhor maneira) com a aprendizagem de um ofício, e, nesse sentido, a preparação escolar que se projetava para as raparigas das classes trabalhadoras continha um «forte componente moral» (Vaquinhas, 2000).

Lourenço Pinto partia do princípio de que a instrução (se bem que «graduada segundo as circunstâncias e condições de cada indivíduo») era uma obrigação e um direito de que ninguém podia ser esbulhado – premissa que estava longe de ser consensual na época –, mas ainda assim afigurava-se-lhe «mais desculpável a ignorância do que a imoralidade». Por isso a instrução não bastava, já que abundavam casos de indivíduos ilustrados que viviam na imoralidade, dados ao vício e ao crime e a moderna antropologia criminal provava que a instrução não era garantia de «formação do caráter no sentido do bem e da virtude». Combinava esta questão com o fator hereditariedade, considerando «primária» a conceção de Lombroso em matéria de antropologia criminal, e lembrava que estudos recentes, continuando embora na linha darwinista, imprimiam novas orientações às teorias de Spencer e das escolas inglesas de psicologia, em matéria de irresponsabilidade dos «criminosos mórbidos por influências ancestrais e degenerativas» (Pinto, 1891: 204). Neste seguimento, considerava que a instrução seria sempre um «meio de educação educativo mais ou menos eficaz, conforme o uso que dele se fizer» e integrava-a um «processo educativo», atuando mais sobre os sentimentos do que sobre as ideias, aplicando-o «não só como fator de cultura mental, mas também como modificador do caráter e da organização moral».

Neste quadro destaca «o educador hábil», o qual deverá potenciar «as boas disposições naturais», esforçando-se por «modificar as hereditariedades viciosas e degenerativas». Assim, a ação educativa gradualmente multiplicará os seus efeitos, inscrevendo-se na «lei indefetível» que «rege o progresso humano». Em relação a alguns dos seus romances, parecia agora recuar na amplitude da influência da hereditariedade sobre o caráter do indivíduo e sua predisposição de natureza moral. Todavia, o seu pensamento de incidência determinista não abdicava dessa variante na equação que gizava em matéria de educação, alargando inclusive os seus efeitos dos indivíduos às gerações, aliando meio e hereditariedade:

É sobretudo nos períodos de decadência, quando os costumes públicos se relaxam e o vírus da anarquia se instila na sociedade pela indiferença menosprezadora do cumprimento do dever e pelo menoscabo da dignidade individual e do respeito de si mesmo, que a todos os que têm de velar pela educação da mocidade mais imperiosamente impende o dever de inocular nas gerações incipientes os gérmenes de uma educação sadia, que neutralize a mórbida herança das gerações que decaem (Pinto, 1891: 205-206).

Conclusão

Homem culto, com experiência profissional que lhe granjeou vivências diversificadas, posições político-partidárias que o levaram a assumir atitudes de independência, e pensador 'profissional' que encontrou na teoria da estética naturalista um dos domínios em que melhor expôs a sua inteligência e leituras atualizadas, destacando-se nesse domínio como um dos melhores a nível nacional, Júlio Lourenço Pinto foi certamente um dos provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto de finais de oitocentos que mais escapou ao perfil padrão dos notáveis da cidade que desempenharam essa função. O seu interesse, que era também uma preocupação, relativamente à educação e, em especial, à educação feminina, reflete a sua feição de homem comprometido

com o seu tempo, sentindo a responsabilidade que a sua formação e estatuto social lhe conferiam, exigindo-lhe contributos para obtenção de maior bem-estar da coletividade, designadamente das camadas populares, menos protegidas e mais propensas aos infortúnios de vária ordem. Os moldes positivistas que adaptou à análise da sociedade congraçavam-se com a sua índole conservadora, apologista da ordem e da moral, na estrita observação da manutenção das diferenças (e desigualdades) sociais, mas, ao mesmo tempo, compeliram-no a participar nos debates da sua época, entre eles o da emancipação feminina, defendendo a educação da mulher das classes trabalhadoras, a sua preparação profissional, num contexto em que os papéis sociais de género não eram questionados (nem tão pouco os modelos de feminidade) mas exigia mão de obra gradualmente mais qualificada numa fase de crescendo da industrialização. Destarte, encarou a instrução como um direito e uma obrigação dos indivíduos e sublinhou a importância do ensino profissional para uma melhor integração da mulher proveniente das camadas populares no mundo do trabalho; aliás, o trabalho afigurava-se-lhe como um meio de regeneração, antídoto de patologias psíquicas e profilaxia do vício, numa articulação de princípios ideológicos, económicos e morais que a sociedade liberal e burguesa visava garantir e consolidar.

Fontes

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto (ASCMP) – *Livros de Atas da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, números 36, 37 e 38;

Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Registos Paroquiais*. Porto, Cedofeita, óbitos, liv. 1868- 1868; Casamentos, livros 1864-1864; 1867-1867.

Arquivo Municipal do Porto (AMP) – *Registo do testamento com que faleceu Júlio Lourenço Pinto, casado com Leopoldina Amélia da Silva da Silva Maia Pinto, Conselheiro, Presidente da Direcção do Banco Comercial do Porto*, Documento/Processo, 1907/05/17 – 1907/05/17; *Registo dos Enterramentos efectuados nos cemitérios privativos das ordens dentro do Cemiterio Occidental* (1901-1918).

Comércio do Porto (O). Porto, 1907.

COSTA, D. Antonio da (1892) – *A Mulher em Portugal*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora.

PINTO, José Lourenço, 1891 – *Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerência do 1.º de Julho de 1890 até 30 de Junho de 1891...* Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira.

PINTO, Júlio Lourenço, 1879 – *Margarida*. Porto: Livraria Chardron, 1879.

PINTO, Júlio Lourenço, 1880 – *Vida Atribulada*. (Scenas da Vida Contemporanea). Porto: Livraria Chardron.

PINTO, Júlio Lourenço, 1882 – *O Senhor Deputado*. (Scenas da Vida Contemporanea). Porto: Livraria Chardron.

PINTO, Júlio Lourenço, 1883 – *O Homem Indispensavel*. (Scenas da Vida Contemporanea). Porto: Ernesto Chardron Editor.

PINTO, Júlio Lourenço, 1884 – *Esthetica Naturalista. Estudos criticos*. Porto: Livraria Portuense.

PINTO, Júlio Lourenço, 1889 – *O Bastardo*. (Scenas da Vida Contemporanea). Porto: Livraria Chardron.

PINTO, Júlio Lourenço, 1894 – *O Algarve: notas impressionistas*. Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.ª Editores.

SILVA, Inocêncio Francisco da, 1860 – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, Inocêncio Francisco da; ARANHA, Brito, 1885 – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo XIII. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

- CATROGA, Fernando, 1977 – “Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social”. *Revista de História das Ideias*. Vol. I, p. 287-394.
- LOPES, Maria Antónia, 2002 – “As Misericórdias de D. José ao final do século XX”, in José Pedro Paiva (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, vol. 1, p. 79-117.
- MENDES, José Amado, 2013 – “Banco Comercial Português (1835-1938)” in Miguel Figueira de Faria; José Amado Mendes (ed.) – *Dicionário de História Empresarial Portuguesa: séculos XIX e XX. Instituições Bancárias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa, vol. 1, p. 99-102.
- PAIVA, José Pedro; LOPES, Maria Antónia (coord.), 2010 – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, vol. 8, p. 7-30.
- PEREIRA, Conceição Meireles, 2017 – “Júlio Lourenço Pinto”, in Fernando de Sousa (coord.) – *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto: 1499-2017*. [Porto]: Almedina, vol. III, p. 179-224.
- PEREIRA, Hugo Silveira, 2013 – “Banco Portuense (1893-1894)”, in Miguel Figueira de Faria; José Amado Mendes (ed.) – *Dicionário de História Empresarial Portuguesa: séculos XIX e XX. Instituições Bancárias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa, vol. 1, p. 344-347.
- ROSA, Elzira Machado, 1989 – *Bernardino Machado, Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de, 2006 – “Prefácio”, in Júlio Lourenço Pinto – *Esboços do Natural*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SANTANA, Maria Helena, 2007 – *Literatura e Ciência na ficção do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SERRÃO, Joel, 1962 – *Temas oitocentistas – II. Para a história de Portugal no século passado*. Lisboa: Portugália Editora.
- SIMÕES, João Gaspar, 1987 – *Perspectiva histórica da ficção portuguesa. Das origens ao século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SOUSA, Fernando de (coord.), 2013 – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPES.
- SOUSA, Fernando de (coord.), 2014 – *Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011)*. Porto: CEPES.
- VAQUINHAS, Irene, 2000 – “Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance”, in *Turres Veteras III. Actas de História Contemporânea*. Torres Vedras: Câmara Municipal/Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano.